

Relatório da Audiência n.º 5 -COF-XIV

Dia: 21 de janeiro de 2020

ENTIDADE: *SNESup – Sindicato Nacional do Ensino Superior*

ASSUNTO: Orçamento do Estado para 2020. Apresentação de propostas de alteração à proposta de Lei n.º 5/XIV

Recebida pelos Senhores Deputados:

- Alberto Fonseca (PSD), Vice-Presidente da Comissão;
- Alexandra Tavares de Moura (PS)
- Cláudia André (PSD)
- Eduardo Teixeira (PSD)
- Firmino Marques (PSD)
- Luís Monteiro (BE)
- Maria Gabriela Fonseca (PSD)
- Nuno Sá (PS)
- Tiago Estevão Martins (PS)
- Vera Braz (PS)

Síntese dos Temas Abordados:

O Senhor Vice-Presidente, Deputado Alberto Fonseca, deu as boas vindas aos representantes do SNESup, dando nota do modo de condução dos trabalhos, tendo depois passado a palavra à delegação da SNESup.

O Presidente da Direção do Sindicato, o Professor Doutor Gonçalo Leite Velho, começou por fazer uma apreciação geral da proposta da Lei do Orçamento do Estado para 2020 (LOE 2020), à qual se seguiram propostas concretas de alteração á proposta de lei.

Da sua apreciação da proposta de lei, na generalidade, salienta que:

- A proposta LOE 2020 prevê um acréscimo de apenas 3,03% para a “Ciência, Tecnologia e Ensino Superior”, em face do valor do ano anterior, o que é pouco

tendo em conta o atraso na recuperação deste sector, que sofreu cortes significativos aquando do período de emergência financeira.

- Há nesta legislatura uma menor ambição relativamente às instituições de ensino superior, com um crescimento previsto de 10,5% por comparação com os 16,84% da legislatura anterior.
- Em termos de despesa, verifica-se um menor aumento da despesa com pessoal, o que deverá significar uma desaceleração das contratações e a continuação da estagnação nas carreiras académicas.
- Comparando com anos anteriores, a despesa com estabelecimentos de ensino superior está muito longe dos valores pré-crise, estando até abaixo da realidade de há 18 anos atrás;
- Comparando a evolução orçamental com a evolução do número de alunos, verifica-se um acréscimo de mais 22.361 alunos matriculados do que em 2010, e um decréscimo de orçamento de 187M€.

Concluiu dizendo que, como consequência, verifica-se o atraso no desenvolvimento do ensino superior e ciência. Verifica-se ainda a crescente desvalorização e precarização das profissões de docentes e investigadores.

Como medidas concretas, a SNESup propõe alterações aos seguintes artigos da proposta de lei, as quais se encontram melhor detalhadas no [documento](#) que distribuiu:

- a) Proposta de introdução ao artigo 3.º
- b) Proposta de introdução ao artigo 16.º
- c) Proposta de alteração ao artigo 21.º
- d) Proposta de alteração ao artigo 35.º
- e) Introdução de novo artigo 36.º
- f) Introdução de novo artigo 128.º

Em sede de debate, o Senhor Deputado Nuno Sá (PS) agradeceu a vinda do SNESup e o seu contributo. Disse que tem havido um reforço da aposta no ensino superior e que embora o cenário atual não seja ainda o ideal, já está a recuperar para níveis próximos dos verificados antes da crise.

Vai haver um reforço de verbas para o sector, embora reconheça que gostasse que fosse ainda maior. Disse ainda esperar que se consiga ir ao encontro de algumas das propostas feitas.

Quanto à questão das cativações, disse não haver, segundo o senhor Ministro do Ensino Superior, cativações previstas para as instituições do ensino superior.

A Senhora Deputada Cláudia André (PSD), disse reconhecer e valorizar as preocupações manifestadas pelo SNESup, em particular com as carreiras académicas, e manifestou que estão a analisar as propostas nesse sentido.

O Senhor Deputado Luís Monteiro (BE) começou por enaltecer o trabalho que o SNESup tem feito junto do Parlamento não só em sede de Orçamento do Estado, onde apresentou sempre propostas muito concretas, mas também com a Comissão de Educação, Ciência, Juventude e Desporto. Referiu-se depois a cada uma das questões levantadas pelo SNESup começando por aflorar a problemática das cativações, nomeadamente no FCT, concluindo que há motivo de preocupações quanto à política de cativações do Governo. Referiu-se também às valorizações remuneratórias dos docentes do ensino superior, dizendo que o BE se tem batido por essa valorização, que até agora não foi acolhida. Na sua perspetiva, o grande tema a enfrentar é a questão do investimento público nas instituições de ensino superior, que sofrem de suborçamentação crónica, e que, todos os anos, se vêm forçadas a pedir reforço orçamental, consagrando assim uma espécie de “política de peditório”. Mais referiu que o BE proporá medidas, em sede de especialidade, que garantam o recebimento do valor à cabeça.

O Senhor Vice-Presidente passou novamente a palavra ao Presidente do SNESup, que concluiu a sua audiência alertando para a importância de corrigir a disparidade entre a curva de evolução do número de alunos e a curva da evolução do orçamento. Por outro lado, entende que é importante salientar a questão das cativações que existem na FCT. Há ainda que preservar o bom nome e dignidade das instituições de ensino, sob pena de estas serem gravemente prejudicadas.

De seguida, o Professor Raúl Santos Jorge, salientou a importância da proposta de alteração do artigo 16.º relativo ao reconhecimento dos graus académicos obtidos pelos docentes, urgindo clarificar a questão dos vencimentos. O Presidente do SNESup complementou dizendo que há muitas vidas de docentes em jogo e que espera que existam consensos para aprovar parte das propostas.

O Senhor Vice-Presidente da Comissão agradeceu as informações e esclarecimentos apresentados pela SNESup e deu por encerrada a audiência.



Comissão de Orçamento e Finanças

Diversa informação sobre a audiência, nomeadamente a documentação apresentada pelo SNEsup e a gravação, pode ser consultada na [página internet](#) da audiência, pelo que se dispensa o seu aprofundamento nesta sede.

Palácio de São Bento, 21 de janeiro de 2020

O Vice-Presidente da Comissão

Alberto Fonseca